



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Interpeção Escrita

Exorto o Governo a encarar as necessidades da “classe média” e a proceder à divulgação integral da política de habitação pública

Há dias, o Instituto de Habitação divulgou o relatório final da consulta pública do Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau, revelando que o Governo vai deixar de implementar este plano e que vai, por sua vez, efectuar estudos sobre a viabilidade de novos tipos de habitação pública. Esta forma de actuação faz com que a sociedade questione se o Governo vai continuar a arrastar a resolução do problema de habitação, que existe há muito tempo, e a menosprezar as necessidades de habitação da “classe média”.

Uma das razões da realização da consulta pública sobre aquele plano foi: estudar o apoio à “classe média” na resolução do problema de habitação. Actualmente, há ainda muitas pessoas que se integram na “classe média”. No primeiro trimestre de 2015, o número de transacções de imóveis habitacionais foi de 1114, com um montante total de 6090 mil milhões de patacas, enquanto o rendimento mediano da população activa é de 18 mil patacas. Se efectuarmos um cálculo com base nestes dados e com uma família de dois membros, a “proporção entre preço do imóvel e rendimento” é de 12,7 vezes,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

mas, segundo os padrões considerados razoáveis a nível internacional, esta proporção é de 3 ou 4-6 vezes, por isso, é visível que o preço dos imóveis está gravemente desajustado em relação ao rendimento dos residentes. Se o Governo entende que há um alívio na questão da habitação e menospreza as necessidades da “classe média”, só por haver uma redução das transacções imobiliárias e porque os residentes não estão a comprar imóveis devido ao preço elevado, por influência de certos fenómenos registados nalguns mercados, então receio que isto possa ser uma sentença errada para a política de habitação.

Para além disso, segundo informações divulgadas, sabe-se que há 6300 habitações públicas de reserva, depois das 19 mil; o Chefe do Executivo divulgou, em Julho de 2014, durante o período da campanha eleitoral, um aumento significativo do número de habitações públicas até 28 mil, depois do ajustamento do plano de habitação para a zona A dos novos aterros; e prevê-se a construção de mais de 4 mil habitações públicas, após o ajustamento da reserva de terrenos de 5 locais anunciados nas LAG de 2015. Mas o Governo nada divulgou sobre os pormenores dos novos planos de construção de habitações públicas a implementar no futuro. Sabe-se que vai realizar estudos sobre a viabilidade de novos tipos de habitação pública. Isto querera então dizer que o Governo vai continuar a arrastar a resolução do velho problema de habitação?

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Face ao elevado preço da habitação privada, depois de deixar de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

implementar o Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau, de que medidas ou políticas dispõe o Governo para resolver o problema habitacional que a “classe média” continua a enfrentar?

2. Para além dos projectos de habitação pública que já foram divulgados, quando é que o Governo vai divulgar novos projectos para manter a confiança da população?
3. O Governo afirmou que ia estudar um novo tipo de habitação pública. Então, vai integrar esta ideia na Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública (2011-2020), que demorou anos e ainda não foi divulgada, e repensar a política de habitação pública de Macau?

3 de Julho de 2015

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Wong Kit Cheng**